

Caro Cidadão,

A ASPP/PSP é o sindicato mais representativo da Polícia de Segurança Pública, representativo de agentes, chefes e oficiais e pioneiro no sindicalismo policial.

A nossa preocupação e intervenção centra-se na melhoria das condições profissionais e pessoais dos polícias e por consequência, uma garantia de segurança pública de qualidade aos cidadãos, ou seja, aquilo que nos move e nos motiva são as populações e o cidadão.

Como tal, entendemos que, quanto mais motivados e mais preparados estiverem os polícias, melhor serviço prestam às populações.

Será importante todos perceberem que, um agente da PSP inicia a sua carreira profissional atualmente com 809€, sendo que, acrescidos os suplementos remuneratórios ronda os 1000€ líquidos de salário, mas a somar a isto, as fracas condições de trabalho e a perda constante de direitos.

Convém ainda ter em consideração que, os polícias são sujeitos a risco nas suas atuações, mas a compensação por esse risco, foi apreciada pelo governo anterior e cifrada em cerca de 68 euros ilíquidos.

Temos todos de ter a noção do desgaste da missão, motivado pela rotatividade do trabalho por turnos, por horários noturnos, pressão, pouco amparo familiar por força da deslocação e cada vez mais trabalho suplementar. Acrescente-se que os polícias estão impedidos de sair para a pré-aposentação antes dos 60/59 anos de idade.

Assustador é ainda a realidade relativa aos poucos candidatos que se apresentam aos concursos de admissão à Instituição, o que evidencia a pouca atratividade desta profissão, o que no nosso entender poderá comprometer ainda mais, o necessário rejuvenescimento da PSP e sua capacidade operacional.

Irresponsável é uma vez mais, fazer acreditar que eventuais encerramentos de esquadras e utilização de efetivos administrativos resolverão o problema estrutural da PSP. A história demonstra o contrário.

A ASPP/PSP durante o corrente ano de 2022, alertou o governo para essas realidades e constrangimentos, recorreu aos autarcas, tendo em conta que estes têm também contribuído para uma clara privatização do serviço policial, algo que é desajustado para uma segurança pública que se pretende pública, equilibrada e que chegue a todos os cidadãos, quer os que habitam em concelhos financeiramente mais confortáveis, mas também para os que habitam em concelhos menos confortáveis financeiramente.

A ASPP/PSP tudo fez para reverter a situação.

O governo pretende responder a estas necessidades com políticas de caridade e de assistencialismo social, com aumentos que, para além de não terem sido negociados, são desajustados para uma carreira especial da administração pública e uma missão tão exigente, para não responder com a necessária dignificação salarial. O Governo pretende ainda uma falaciosa reorganização do dispositivo policial, que perigosamente pretende criar uma falsa segurança, veja-se o exemplo das esquadras móveis.

Convidamos o Caro Cidadão para o seguinte exercício;

Tendo em conta as variadas missões que a PSP recebeu, tendo em conta as alterações de natureza social e as dinâmicas da criminalidade, será interessante reestruturar um dispositivo com profissionais que se encontram em serviços administrativos e logísticos, muitos deles já com uma idade avançada ou com problemas físicos e psicológicos, colocando-os na rua? Ou não será mais ajustado, deixar esta opção como complementar, centrando a opção no rejuvenescimento da Instituição, com um plano promissor ao nível das admissões, libertando os que já tudo deram e motivando os que já pertencem à PSP?

E para tal, não será importante valorizar o salário devidamente?

Outra reflexão que convidamos a fazer, será perceber se considera, enquanto cidadão, e numa perspetiva de utente do hospital, do tribunal, com filhos na escola, na sua qualidade de cliente de estabelecimentos de restauração e diversão, ter como adquirida e garantida a sua segurança? E não considera que a mesma deverá ser acautelada com aumento de capacidade operacional da PSP, num futuro cada vez mais exigente?

Alertamos ainda para o facto de, nos últimos anos, sempre que se optou por encerramento de esquadras, nunca tal medida teve um correspondente reforço de efetivo policial nas ruas.

A ASPP/PSP não se opõe a uma eventual reestruturação do dispositivo policial, mas alerta que, os problemas da PSP são estruturais e merecem respostas concretas que permitam perceber que o efetivo não só é escasso para as missões de polícia, mas o envelhecimento do efetivo tem de ser também acautelado, e para tal é importante rejuvenescer, motivar os profissionais e respeitar a sua condição policial e o seu estatuto profissional, isso passa pela valorização salarial, criação de condições de trabalho, e instituir uma maior capacidade operacional.

Estas reflexões são importantes fazer e para além disso, perceber quais as respostas a dar a estes problemas, que não serão certamente aquelas que o Governo avançou.

Convidámo-lo, portanto, para estas reflexões, convidámo-lo a apoiar a nossa luta, que é justa e necessária e exortámo-lo ainda a participar na nossa iniciativa se irá realizar, em 24 de Novembro de 2022, às 17h00, entre o Largo de Camões e a Assembleia da República, em Lisboa.

Por uma segurança pública de qualidade e para todos...

Participe.

O Presidente

ASPP/PSP